



Use o QRCode para acessar o Caderno Cultural na internet, com mais artigos e links citados.

Bets: um perigo para as famílias

As apostas on-line deixaram de ser hábito marginal para se tornar fenômeno de massa no Brasil, movimentando fortunas e alcançando milhões de famílias. Nesta edição do Caderno Fé e Cultura, reunimos olhares complementares sobre esse fato: suas raízes históricas e psicológicas, os mecanismos que alimentam o vício, os impactos econômicos e sociais, os dilemas éticos da regulação e os caminhos possíveis para prevenção e educação. Um convite a compreender, em uma perspectiva integral, o que está em jogo para a sociedade e para cada família.



Arte: Sergio Ricciuto Conte

Rodolfo Canônico*

A maioria dos leitores há de se lembrar de um tempo em que ver adolescentes de 16 anos fumando pelas ruas e festas era corriqueiro, em que uma criança podia caminhar sozinha até a venda para comprar cigarro ou cerveja para os pais. Álcool e cigarro eram consumidos de forma ostensiva, amparados pelas vultosas quantias que seus produtores gastavam em propaganda nas diferentes mídias.

Ambas as cenas se tornaram quase inaceitáveis hoje – uma mudança que não foi acidental, mas fruto de ações da sociedade civil e do poder público. O cigarro perdeu o *status* de símbolo e se tornou mau hábito. Ninguém mais desconhece seus malefícios. Proibimos a publicidade, obrigamos advertências nas embalagens e vetamos o consumo em locais fechados. Mesmo o dano aos não fumantes, antes tolerado, deixou de ser.

Com o álcool, a droga que mais mata no Brasil e no mundo, seguimos um caminho diferente: proibimos a compra por menores e criamos o bafômetro e as *blitze* para conter a tra-

gédia no trânsito. Além disso, o vício em álcool costuma ser perceptível e abala depressa a quem bebe, com consequências imediatas. Há lugar e hora para beber, e não é usual fazê-lo durante o trabalho, em uma fila de espera ou no transporte público. As novas gerações, além disso, bebem cada vez menos: entre os jovens de 18 a 24 anos, a abstinência saltou de 46% para 64% em dois anos, enquanto o consumo de cervejas sem álcool triplicou.

Em um passado recente, o Brasil viu surgir um vício antes inacessível, capaz de arruinar a saúde financeira, física e relacional das vítimas. Legalizadas em 2018 e regulamentadas em 2023 – mas fiscalizadas só a partir de 2025 – sob promessa de aumento da arrecadação e combate ao crime organizado, as casas de apostas *on-line* dominaram o horário nobre e o *streaming*, sequestrando o futebol, paixão nacional, e os perfis de jogadores, artistas e influenciadores.

Seria reducionista atribuir às *bets* o endividamento das famílias, que bateu recorde histórico e tem raízes anteriores às apostas. Ainda assim, o hábito disputa o orçamento doméstico: 23% dos apostadores deixaram de

comprar roupas e 19% cortaram gastos no supermercado. A Unifesp já estima haver 11 milhões de jogadores de risco no país. Por trás dos números, há histórias como a do auditor do Tribunal de Contas que começou a apostar em 2023 e, por quase dois anos, gastou mais de 300 mil reais, contraiu seis empréstimos e estourou quinze cartões, até recorrer à família alegando perdas na bolsa e em criptomoedas. A esposa, vendo-o dia e noite em "páginas coloridas" no celular, acreditou; a irmã chegou a suspeitar de drogas pesadas. Ninguém decifrou os sinais. Em dezembro de 2025, com 1,5 milhão em dívidas, tirou a própria vida, deixando mulher e filha de seis anos.

Está aí a tenebrosa vantagem das *bets* frente ao álcool e ao cigarro: hospedadas em *smartphones*, não são percebidas como mal objetivo. Sentimos o cheiro do cigarro de imediato; mas o apostador pode definir atrás de uma tela à vista de todos. A cultura das apostas retroalimenta-se do isolamento: quanto mais sós, mais recorremos a telas digitais. Se a bebida se vende como experiência gastronômica ou bom humor ocasional, as apostas se vendem como diversão inócua, quando, na verdade, são uma tentação

muito mais insidiosa. Tudo sob a proteção tão inútil quanto o "jogue com responsabilidade", versão apostadora do "beba com moderação". Ninguém bebeu com parcimônia por uma voz abafada em algum lugar, de modo que as advertências recém-aprovadas, como "apostar pode causar dependência" e variantes, não passam de avanço tímido.

Se hoje vemos álcool e tabaco com outros olhos, não foi por ações mínimas, de fachada, mas por décadas de campanhas e construção coletiva de uma consciência social. Com as *bets*, seguimos no sentido oposto: em vez de desnaturalizar o vício, o entronizamos — no horário nobre, na narração dos gols, no peito de ídolos infantis, com a bênção do Estado que delas arrecada. Enquanto tratarmos o problema como fatalidade do mercado, e não como a epidemia que é, continuaremos perdendo a guerra contra um dos maiores inimigos das famílias brasileiras — que só será vencida quando o reconhecermos como tal.

*Diretor-executivo da ONG Family Talks. Graduado e mestre em Engenharia Eletrônica, especialista em políticas públicas para a família pela Universidade Internacional da Catalunha

Por dentro da cultura das *bets* no Brasil

As bets não podem ser entendidas apenas como fenômeno isolado, relegado ao plano individual. Inserem-se em uma realidade cultural, econômica e política – e como tal devem ser vistas e enfrentadas.

Francisco Borba
Ribeiro Neto*

As apostas não nasceram com as plataformas de apostas *on-line*, as *bets*. São tão antigas quanto a civilização: a China da dinastia Han financiava trechos da Grande Muralha com jogos de sorte, Roma distribuía prêmios em sorteios nas Saturnais, e a França do século XVI criou uma loteria real para cobrir despesas do Estado. No Brasil, o jogo do bicho foi febre nacional por mais de um século, dominando o mercado de apostas até bem entrado o século XX. Mas a ubiquidade dos celulares, a publicidade estrelada por atletas e influenciadores e o Pix, que elimina a distância entre o impulso e a aposta, combinaram-se para criar um [fenômeno de massa](#) em tempo recorde: entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões passaram por plataformas de apostas todo mês no início de 2025, e cerca de 24 milhões de brasileiros apostaram ao menos uma vez em 2024. A regulamentação atual não parece ter reduzido danos; apenas legalizou e ampliou o acesso, aumentando o risco de vício.

O apostador compulsivo. Apostar é comportamento de risco: com raríssimas exceções, o apostador perde mais do que ganha. Ainda assim, a crença de que o “quase” de hoje será o “finalmente” de amanhã ativa o sistema de recompensa cerebral – a dopamina reforça o comportamento justamente quando o resultado é incerto, mantendo o cérebro em alerta e a vontade de arriscar de novo, independentemente do desfecho.

Essa dinâmica é saudável quando move o atleta ou o profissional a superar limites, mas também pode levar à compulsão pela aposta e ao descontrole emocional. A experiência lúdica corresponde a uma necessidade vital, ninguém mantém a sanidade mental sem momentos de descontração. O problema não é o jogo em si, mas a entrega descontrolada, muitas vezes estimulada por um ambiente desenhado para isso.

O gatilho inicial costuma ser o tédio, a ansiedade ou o estresse. Disponibilidade constante, ausência de freios sociais, pagamento instantâneo e um *design* de produto (notificações, bônus, etc.), o incentivo de esportistas e influenciadores potencializam o impulso em momentos de vulnerabilidade. O apostador busca sobretudo a excitação e o escape emocional. Cria-se uma espiral que exige apostas cada vez maiores, em um intervalo de tempo cada vez mais curto. Por isso, desde



Imagem gerada por Inteligência Artificial (Gemini)

Do carteadado familiar e do bingo paroquial à *bet* universal

O interesse pelo carteadado familiar, o bingo da paróquia e a bet no celular nascem do mesmo impulso, mas uns raramente viciam e o outro virou problema de saúde pública no Brasil. A diferença está em tudo o que cerca esse núcleo comum.

Redação

O bingo paroquial e o carteadado familiar correspondem a um momento de descontração, enquanto as *bets* se atualizam a cada lance, estão disponíveis 24 horas, quase sem intervalo entre o impulso e a nova aposta. O ambiente também muda tudo: o bingo e o carteadado ocorrem em espaços conhecidos, com hora para acabar e amigos ao redor; a *bet* mora no *smartphone*, acessível de madrugada, sem testemunhas nem horário de encerramento, e o Pix elimina o atrito entre a vontade de apostar e a aposta em si. No bingo, todo mundo se conhece, e o exagero de alguém costuma ser notado pelo grupo. A dependência em *bets*, ao contrário, é solitária, e as comunidades *on-line* de “dicas” tendem a normalizar o gasto em vez de contê-lo. Por trás disso está o interesse comercial: o bingo e o carteadado não buscam lucro, mas sim diversão, enquanto as casas de apostas dependem da perda recorrente de parte dos usuários.

Bingo e *bet* compartilham a raiz, mas divergem em tudo que transforma uma predisposição biológica em dependência clínica. A comparação evidencia a importância do ambiente e da comunidade: ambos não cerceiam o prazer, mas permitem que a alegria saudável e ajude a realizar a pessoa.

2013, a Associação Americana de Psiquiatria [reclassificou](#) o “transtorno do jogo” como dependência comportamental, ao lado do álcool e de outras drogas. Entre jogadores patológicos, observam-se taxas de ideação suicida, depressão e destruturação familiar acima da população em geral.

A “epidemia das *bets*” não é só soma de fraquezas individuais: é também resultado de um ambiente econômico e publicitário desenhado, com sofisticação crescente, para monetizar a compulsão.

O bicho, o Estado e as *bets*. O jogo

do bicho nasceu em 1892, quando o Barão de Drummond, para sustentar o Jardim Zoológico de Vila Isabel, criou um sorteio de 25 animais associados a dezenas numéricas. Sobreviveu como prática social, ilegal mas dominante, por mais de um século. Apostar significava participar de uma linguagem compartilhada, reforçar rotinas coletivas e fortalecer laços de vizinhança. Os pontos de apostas funcionavam como núcleos de sociabilidade e os bicheiros, muitas vezes, como líderes locais mais confiáveis que o poder público.

Enquanto isso, o Estado criava

seu próprio instrumento: em 1969, ainda na ditadura militar, nasceu a Loteria Esportiva (Loteca). A Constituição de 1988 deu à União a competência exclusiva sobre sistemas de sorteio, interpretada de forma ampla pelo STF — na prática, um monopólio estatal sobre o jogo legal, com tudo o mais enquadrado como contravenção. Aos poucos, os bicheiros migraram para bingos, caça-níqueis e, depois, cassinos ilegais e crime organizado, ainda que mantendo certa influência sobre o carnaval e a política local.

As loterias legais, mantidas pela Caixa econômica Federal, como Mega-Sena, Loteca e Loto, [foram batendo recordes sucessivos](#). Em 2024 o [conjunto arrecadou](#) R\$ 25,9 bilhões. O jogo do bicho, ilegal, [ainda respondeu](#) por 14% do gasto dos brasileiros com jogos de azar, algo entre R\$ 1,3 bilhão e R\$ 2,8 bilhões por ano. A virada veio em 2018, com a lei que autorizou apostas esportivas *on-line* sem regulamentar sua operação – um vácuo que, somado a *smartphone*, Pix e publicidade em massa, consolidou a palavra “*bet*” no vocabulário nacional. O [crescimento foi vertiginoso](#): o percentual de brasileiros que apostam em *bets* foi de 14% em 2023 a cerca de 30% em 2026. Só em valor apostado, as *bets* movimentam entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões por mês – um único mês equivale a quase todo o faturamento anual das Loterias Caixa.

Em dezembro de 2023, a Lei 14.790 finalmente regulamentou o setor, exigindo licença, identificação do apostador e restrições publicitárias, com multas de até R\$ 2 bilhões. As operadoras ficam com até 88% do faturamento bruto, e o governo projetava arrecadar R\$ 12 bilhões por ano com o setor.

A engenharia do vício. A tecnologia não inventou a compulsão nem a manipulação – fenômenos tão antigos quanto o sistema de recompensa do cérebro humano. O que ela fez foi otimizar, com precisão científica, mecanismos aos quais já somos vulneráveis, transformando impulsos difusos em produtos calibrados para captura de atenção e dinheiro. O mesmo celular que permite comprar um remédio em segundos sustenta o vício em apostas: não há dois aparelhos, um bom e um mau, há um único, sempre ligado e funcional.

As *bets* são desenhadas para manter o usuário jogando o maior tempo possível: apostas ao vivo eliminam o intervalo de reflexão entre impulsos; o efeito “quase-vitória” é potencializado por interfaces construídas para gerar essa sensação repetidamente; bônus criam ilusão de dinheiro grátis; notificações trazem o usuário de volta em

Imagem gerada por Inteligência Artificial (Gemini)



momentos de tédio; programas VIP recompensam quem mais gasta; algoritmos de personalização atacam justamente o momento de maior vulnerabilidade. É uma indústria que converte o reforço intermitente – incidental em outros jogos de azar – em produto de engenharia comportamental deliberada.

Uma tragédia social. [Estudos sobre o perfil do apostador brasileiro](#) mostram que cerca de um terço tem entre 16 e 29 anos, mas o valor médio apostado cresce com a idade: de cerca de R\$ 100 mensais entre os jovens a mais de R\$ 3 mil entre os mais velhos. [Segundo o Lenad](#) (Unifesp), o total de apostadores no Brasil subiu de 11,7% da população acima de 14 anos, em 2005-2006, para 17,4% (cerca de 28 milhões de pessoas) em 2023-2024; a faixa de “algum problema” saltou de 1,3% para 6%, e os casos de transtorno do jogo, de 1% para 0,8% (única redução no período) – ainda que os próprios pesquisadores alertem que os métodos de mensuração mudaram entre as edições, o que limita a comparação direta.

O [TCU apurou](#) que, em janeiro de 2025, famílias beneficiárias do Bolsa Família transferiram R\$ 3,7 bilhões a casas de apostas – 4,4 milhões das 20,3 milhões de famílias do programa, sendo que 889 mil famílias (20% do total) responderam por 78% desse valor. [Dados do varejo](#), apoiados no Índice NielsenIQ, associam esse desvio de renda a uma queda superior a 9% no pequeno comércio popular; estima-se que até 13% do orçamento de alimentação das famílias mais pobres migre para apostas, com perdas ao varejo estimadas em R\$ 103 bilhões só em 2024. Em 2026, o Ministério da Fazenda fechou parceria com o Ipea para produzir indicadores mais precisos sobre o mercado

– reconhecimento tácito de que a lei de 2023 nasceu mais preocupada em arrecadar do que em proteger.

O que pode ser feito. A legislação brasileira já exige licenciamento, identificação do apostador e proibição para menores; a publicidade é permitida, mas com restrições de conteúdo e público-alvo – limitação exposta pelo excesso de propaganda de *bets* durante a Copa do Mundo, o que motivou propostas no Congresso por um banimento quase total de anúncios, patrocínios e uso de celebridades. Paralelamente, desde 2020, o Ministério da Educação e a CVM mantêm um programa de educação financeira nas escolas, com debate no Senado para antecipar essa formação, já que a prevenção ao endividamento funciona melhor antes de o jovem entrar no consumo digital.

No mundo todo, o mesmo padrão se repete: proibição categórica alimenta a ilegalidade e liberação desregulada expõe jovens e vulneráveis à exploração. As iniciativas mais eficientes, segundo a experiência internacional, apostam na autonomia do apostador, com instrumentos efetivos de autocontrole: um sistema nacional de autoexclusão que bloqueia o acesso a todas as plataformas licenciadas de uma vez, e limites de depósito obrigatórios, definidos no cadastro do *site* de apostas, sem opção de recusa. O Brasil já tem autoexclusão centralizada, lançada em dezembro de 2025 e com mais de 650 mil pedidos de autobloqueio – mas os limites de depósito ainda são apenas oferecidos como opção, não impostos. A efetividade destas e outras medidas exigem fiscalização rigorosa e colaboração bancária para bloquear contas irregulares.

*Sociólogo e biólogo, editor dos *Cadernos Fé e Cultura* e *Fé e Cidadania* do jornal O SÃO PAULO

Publicidade e educação no combate à dependência das *bets*

A legislação é importante, mas sempre limitada, no combate às dependências – sejam quais forem. Campanhas publicitárias e educacionais podem ser importantes em nossa sociedade atual – mas precisam ser bem planejadas e executadas, inserindo-se em uma ação abrangente.

Redação

O investimento das casas de apostas em mídia totalizou R\$ 2,3 bilhões entre janeiro a agosto de 2024. Projetado em base anual, esse montante situa o setor como responsável por aproximadamente 5% e 13% do total do mercado publicitário nacional, dependendo da metodologia de comparação adotada. Essa força também aparece na remuneração de criadores de conteúdo: contratos de *bets* pagam de cinco e dez vezes mais do que uma campanha publicitária convencional. Em uma sociedade motivada pela propaganda, esse investimento tem seu retorno. Explícita ou velada, a propaganda constitui-se em uma das principais formas de dominação simbólica em nossa sociedade – e, o que é mais grave, uma influência à qual o indivíduo isolado nem sempre pode resistir, o que torna indispensável não apenas a regulação por parte do poder público, mas também o enfrentamento cultural e moral promovido pelas diversas instâncias da sociedade civil (religiões, grupos culturais, artistas, etc.).

O interminável debate entre censura ou regulação, liberdade individual perante o poder político ou autonomia de juízo perante o poder econômico, pode ocultar dados fundamentais, como o poder de convencimento dos influenciadores sobre públicos sem convicções firmes ou os resultados pífios de um controle inadequado da propaganda. Muitos países europeus tentaram restringir a propaganda das *bets* sem sucesso. A propaganda foi apenas des-

locada para ocasiões e *sites* fora das restrições do Estado, mas ainda acessíveis aos públicos que deviam ser protegidos.

A publicidade contra o fumo é um dos raros casos de sucesso comprovado em saúde pública: banir anúncios e patrocínio de tabaco reduz em 20% as chances de alguém fumar e em 37% o risco de começar – mas só quando o banimento é abrangente e integrado a outras ações, como campanhas educativas nas escolas, taxações que elevam o custo dos produtos, limitações legais, etc. A publicidade negativa, que mostra o perigo em vez de vetar o produto, tem resultado ambíguo. As imagens de choque nas embalagens de cigarro aumentam o medo, a percepção de risco e a intenção de parar de fumar, mas nem sempre levam à suspensão do hábito.

A educação é fundamental, mas – para ser efetiva – não pode ser uma educação financeira genérica e esporádica. A experiência internacional com campanhas de combate às drogas mostra que a educação deve ser um processo continuado e integrado aos currículos para ser efetiva.

Para as *bets* no Brasil, a lição tem três frentes. Avisos de risco, já exigidos por lei, podem aumentar a consciência, mas, de forma isolada, dificilmente mudam o comportamento. Exigir tais avisos, bem como banir ou restringir publicidade, patrocínio e *merchandising*, ainda que necessário, só será eficiente se integrados a programas mais amplos de controle dos *sites* de apostas. A educação financeira não será efetiva se constituir-se apenas uma aula teórica isolada, em vez de formação sustentada e vinculada a decisões reais de consumo digital.

Os desafios da liberação dos cassinos e jogos de azar

A contribuição para o bem comum não depende apenas da economia. Deve, primordialmente, favorecer o fortalecimento da família, a proteção dos vulneráveis e a elevação moral da sociedade.

Rodrigo Gastalho
Moreira*

Em primeiro lugar, a discussão sobre a liberação dos jogos de azar não pode se limitar à legalidade ou aos benefícios econômicos. A questão central é moral e antropológica: qual visão de ser humano e de sociedade está sendo promovida? Em uma perspectiva cristã, os jogos de azar não são, em si mesmos, moralmente ilícitos. Uma aposta moderada, realizada como entretenimento e sem prejuízo das responsabilidades pessoais e familiares, não constitui erro. Contudo, deve-se estabelecer limites muito claros: o jogo torna-se moralmente desordenado quando leva alguém a privar-se do necessário, prejudica a família ou cria dependência.

A preocupação vai além do indivíduo. Nesse sentido, surge uma questão fundamental: é moralmente desejável que o Estado estimule uma atividade cuja lógica econômica depende, em grande medida, das perdas dos próprios cidadãos? A Doutrina Social da Igreja enfatiza o valor do trabalho, da produção de riqueza por meio do esforço humano, da criatividade e da cooperação social. O jogo de azar, por sua natureza, não gera riqueza nova; ele transfere recursos entre participantes, sendo sustentado pela expectativa de ganho fácil. Por isso, existe o risco de enfraquecer culturalmente valores como trabalho, poupança, responsabilidade e planejamento.

Outro aspecto importante é a chamada "cultura da ilusão". Muitas pessoas, especialmente as mais pobres,



podem ser levadas a acreditar que a sorte é um caminho razoável para superar dificuldades econômicas. É preciso defender uma cultura da esperança fundada na dignidade humana, no estudo, no trabalho e na solidariedade, e não na expectativa de um prêmio improvável. Além disso, mesmo que seja legal, se consome parte significativa dos rendimentos dos que possuem menos recursos e menor acesso à educação financeira, pode não ser compatível com uma postura ética e a promoção do bem comum.

Se a arrecadação tributária obtida com cassinos e apostas vier acompanhada de aumento do endividamento, da desagregação familiar, das doenças psíquicas e da dependência, a contribuição para o bem comum pode ser negativa. É a chamada "economia da especulação" e a busca do lucro desvinculada da promoção integral da pessoa humana. O Papa Francisco criticou diversas vezes

mecanismos econômicos que exploram fragilidades humanas, transformando a esperança das pessoas em fonte de lucro.

Ao analisar a liberação dos jogos de azar e dos cassinos, é importante observar também a experiência internacional. Ela demonstra que os resultados econômicos frequentemente divulgados pelos defensores da legalização coexistem com desafios morais e sociais significativos. Em diversos países, como Estados Unidos, Austrália, Reino Unido e Canadá, a expansão dos jogos de azar foi acompanhada de aumento dos casos de dependência, do endividamento familiar e da necessidade de programas públicos de tratamento para jogadores compulsivos. Estudos internacionais indicam que uma parcela desproporcional da receita do setor provém justamente dos jogadores mais frequentes e daqueles que apresentam comportamentos problemáticos, o que suscita um questio-

namento ético relevante: até que ponto um modelo econômico pode ser considerado saudável quando parte significativa de seus lucros depende da vulnerabilidade de seus próprios consumidores? A experiência de Las Vegas e de Macau também é ilustrativa. Embora tenham se tornado polos turísticos globais, essas localidades precisaram desenvolver extensas estruturas regulatórias, mecanismos de combate à lavagem de dinheiro e programas de mitigação dos impactos sociais do jogo. Mesmo assim, continuam enfrentando desafios relacionados à dependência e ao crime financeiro. Em países nos quais os jogos foram amplamente difundidos, organizações sociais relatam aumento de conflitos conjugais, perda de patrimônio familiar e abandono de responsabilidades domésticas por parte de jogadores compulsivos. O problema moral torna-se ainda mais evidente quando se observa a estratégia de expansão da indústria global do jogo: a publicidade é direcionada para associar apostas a sucesso, liberdade financeira, status social e realização pessoal.

A experiência internacional sugere prudência: não existe modelo de legalização sem custos sociais. O critério decisivo permanece o bem comum e a dignidade da pessoa humana. A pergunta mais importante não é se os cassinos podem gerar empregos ou tributos, mas se contribuem para formar uma sociedade mais virtuosa, mais solidária e mais orientada para a promoção integral da pessoa humana.

*Advogado, com pós-graduação em Gestão Empresarial pela Universidade Candido Mendes; mestrado em Teologia Aplicada pela Universidade de Oxford, no Reino Unido

LIVROS

Quando a experiência mística critica a mentalidade atual

Um livro que, invertendo a ordem com que se costuma pensar a vida interior, nos coloca diante de uma "crise da religião" que não é apenas um declínio da crença, mas o esgotamento de uma capacidade humana mais ampla – a atenção contemplativa.

Francisco Borba
Ribeiro Neto*

Byung-Chul Han, filósofo sul-coreano, professor na Universidade das Artes de Berlim, vem se tornando um dos autores mais lidos e aclamados no Brasil. Traz uma contribuição original ao debate contemporâneo: refaz as grandes críticas à atual sociedade "do cansaço", à hiperestimulação dos ambientes digitais e à superficialidade cultural, combinando grandes pensadores do século XX com uma visão profundamente religiosa e contemplativa.

Não se trata de um autor católico. Sua visão da divindade oscila entre o Cristianismo, a mística oriental e um "Deus dos filósofos". Muitas vezes se

aproxima mais da apófase mística e do vazio zen do que do Deus pessoal e trinitário da fé católica. Sua crítica à mentalidade e ao mundo contemporâneo coexiste com uma apófase contemplativa (ideia de que o Absoluto ou Deus é tão infinitamente superior à mente humana que é impossível defini-lo com palavras, conceitos ou imagens positivas) que dialoga com muitas vertentes místicas cristãs, bem como no zen budismo.

Falando sobre Deus, seu livro mais explicitamente religioso, é um debate intelectual com Simone Weill (1909-1943), a pensadora e ativista de origem judaica, considerada uma das grandes místicas cristãs do século XX, ainda que tenha se recusado, até a morte, a receber o Batismo e a ingressar formalmente na Igreja. Am-

bos compartilham tanto uma posição ambígua em relação ao Cristianismo quanto esta visão apofática da espiritualidade cristã.

O leitor encontrará, no livro, dois grandes temas, interessantíssimos para quem gosta de mística nos tempos atuais. No primeiro capítulo, Han explicita o esgotamento da capacidade de atenção em nossa sociedade, associada ao influxo constante de informações e a uma gestão da vida pessoal voltada à eficácia e ao sucesso. Nos demais capítulos, desenvolve uma visão apofática e uma espiritualidade do desapego, do silêncio, da beleza e até da inatividade, que compartilha com Weill e servem a uma crítica contundente ao nosso tempo.

*Sociólogo e biólogo, editor dos Cadernos Fé e Cultura e Fé e Cidadania do jornal O SÃO PAULO



HAN, Byung-Chul. *Falando sobre Deus*. Petrópolis: Vozes, 2026.